

<b>Apresentação</b> .....	13
<b>Capítulo I — A Relevância Social, Econômica e Cultural da Relação de Emprego</b> .....	15
1. Introdução .....	15
<b>Capítulo II — A Formação da Relação de Emprego</b> .....	19
1. Natureza jurídica .....	19
1.1. O anticontratualismo .....	19
a) Teoria da relação de emprego .....	19
b) Teoria institucionalista .....	21
1.2. O contratualismo .....	21
1.3. Conclusão .....	27
2. Identificação .....	40
2.1. Pessoaalidade .....	48
2.2. Não-eventualidade (continuidade) .....	49
2.3. Subordinação .....	51
2.4. Onerosidade .....	55
2.5. Conclusão .....	60
3. Validade .....	61
3.1. Nulidade .....	61
a) Negócios jurídicos que negam a relação de emprego .....	62
b) O problema da liberdade (trabalho em presídios; trabalho em condições análogas à de escravo) .....	63
c) Questões de ordem pública que negam a relação de emprego .....	69
3.1.1. Capacidade .....	70
3.1.2. Objeto ilícito, impossível ou indeterminável .....	73
a) Jogo do bicho .....	76
b) Prostituição .....	79
3.1.3. Forma (prescrita ou não defesa em lei) .....	80
a) A Súmula n. 363, do TST .....	82
3.1.4. Simulação .....	93
3.1.5. Contrato sem trabalho .....	95
3.1.6. Leis que excluem a relação de emprego .....	96
a) cooperativas de trabalho .....	97

3.2. Anulabilidade .....	104
3.2.1. Incapacidade relativa .....	106
3.2.2. Erro/dolo .....	108
3.2.3. Coação .....	112
3.2.4. Estado de perigo/lesão .....	113
<b>Capítulo III — Sujeitos da Relação de Emprego .....</b>	<b>115</b>
1. O empregador .....	115
1.1. A empresa como empregador .....	115
1.2. Poder diretivo .....	129
1.3. O empregado como elemento da empresa .....	130
1.4. Grupo econômico .....	131
1.5. Produção em rede .....	137
1.6. Sucessão de empresas .....	139
1.7. Terceirização .....	143
1.8. Solidariedade .....	164
1.8.1. “Dono da obra” .....	165
1.8.2. Franquia .....	168
1.8.3. Consórcio de empregadores .....	173
1.8.4. Trabalho em <i>shopping</i> .....	175
1.9. Responsabilidade social .....	177
1.9.1. O Dano social e sua reparação .....	180
2. O empregado .....	193
2.1. A constituição de pessoa jurídica para a prestação pessoal de serviços — Empresário Aparente .....	193
2.2. A condição econômica do trabalhador .....	196
2.3. Trabalho intelectual .....	196
2.4. Altos empregados: limitação da jornada de trabalho .....	200
<b>Capítulo IV — Modalidades da Relação de Emprego .....</b>	<b>205</b>
1. A indeterminação como regra .....	205
2. A predeterminação .....	207
2.1. Serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo .....	209
2.2. Atividades empresariais de caráter transitório .....	213
2.3. Contrato de experiência .....	213
2.4. Contrato de safra .....	217
3. Peculiaridades do contrato a tempo determinado .....	221
3.1. Duração .....	221
3.2. Cessação do vínculo .....	223
3.2.1. Cessação com respeito ao que fora prefixado .....	223
3.2.2. Cessação antecipada .....	223
a) por iniciativa do empregador .....	223
b) por iniciativa do empregado .....	224

<b>Capítulo V — Formas Especiais de Relação de Emprego</b> .....	225
1. Trabalho temporário .....	225
2. Contrato provisório .....	232
3. Contrato a tempo parcial .....	234
4. Aprendizagem .....	238
5. Estágio: Lei n. 6.494/77 .....	249
6. Trabalho doméstico .....	254
7. Trabalho rural.....	269
7.1. Escorço histórico e fundamentos da proteção do trabalho rural .....	269
7.2. Definição .....	274
7.3. Temas especiais .....	280
7.3.1. Parceria rural .....	280
7.3.2. Trabalho avulso no meio rural.....	285
7.3.3. Cooperativas de trabalho .....	290
7.4. Peculiaridades dos direitos trabalhistas na relação de emprego rural	291
7.4.1. Intervalo para refeição e descanso .....	291
7.4.2. Horas de percurso ( <i>in itinere</i> ) .....	292
7.4.3. Limitação da jornada de trabalho .....	294
7.4.4. Hora noturna .....	295
7.4.5. Aviso prévio .....	295
7.4.6. Descontos salariais .....	295
7.4.7. Sindicalização .....	296
7.4.8. Salário por produção e hora extra .....	296
7.4.9. Exposição ao sol.....	297
8. Servidor público .....	297
8.1. Servidores públicos estatutários .....	297
8.2. Empregados públicos .....	298
8.3. Contratação temporária em razão de excepcional interesse público .	301
8.4. O regime jurídico único .....	301
8.5. Regime constitucional dos servidores públicos .....	302
8.6. Estabilidade dos servidores públicos .....	303
8.7. Negociação coletiva .....	308
8.8. Direito de greve .....	311
8.9. Competência da Justiça do Trabalho .....	313
8.10. Terceirização no setor público .....	316
8.11. Temas controvertidos .....	326
a) FGTS — estabilidade .....	326
b) verbas rescisórias — cargo em comissão .....	326
c) contratação sem concurso público .....	327
9. Trabalho em residência .....	327
10. Vigilante. ....	332

8. Incidência de casos de suspensão nos contratos a tempo determinado ....	392
9. Conclusão .....	393
<b>Capítulo VIII — Alteração da Relação de Emprego (alteração do conteúdo obrigacional) .....</b>	<b>395</b>
1. Definição .....	395
2. As condições fixadas por trato individual .....	397
2.1. A regra da bilateralidade .....	397
2.2. A unilateralidade como exceção ( <i>jus variandi</i> ) .....	400
3. Casuística das alterações unilaterais .....	404
3.1. Função .....	404
3.1.1. Extinção do cargo .....	405
3.1.2. Alteração do nome do cargo .....	405
3.1.3. Reversão .....	406
3.1.4. Promoção .....	407
3.1.5. Rebaixamento .....	408
3.2. Forma de fixação do salário .....	408
3.3. Adicional de insalubridade e de periculosidade .....	409
3.4. Realização de horas extras .....	409
3.5. Supressão de horas extras .....	410
3.6. Redução da jornada normal .....	411
3.7. Turnos ininterruptos .....	411
3.8. Horário de trabalho .....	412
3.9. Local de trabalho .....	414
4. Direito de resistência .....	419
5. Alteração da relação de emprego imposta por lei .....	420
6. Alterações provocadas por cláusulas coletivas .....	420
7. Alteração determinada por decisão judicial .....	425
8. Prescrição .....	428
<b>Capítulo IX — Cessação da Relação de Emprego .....</b>	<b>430</b>
1. Definições .....	430
2. Cessação por iniciativa do empregador .....	434
2.1. Iniciativa desmotivada (cessação por ato arbitrário) .....	434
2.1.1. Relação de emprego com prazo indeterminado .....	434
a) Eficácia imediata do inciso I, do art. 7º, da CF/88 .....	434
b) A aplicação da Convenção n. 158, da OIT .....	440
c) Fundamentos sociais contra a cessação imotivada da relação de emprego .....	449
d) A proteção contra cessação arbitrária pela integração do empregado à empresa .....	451

e) O abuso de direito e a cessação imotivada da relação de emprego .....	454
f) Proteção contra a cessação discriminatória .....	456
g) Efeitos jurídicos .....	457
2.1.2. Relação de emprego com prazo determinado .....	458
2.2. Iniciativa motivada .....	458
2.2.1. Necessidade do empregador .....	458
a) Estabilidade no emprego .....	471
— geral (“definitiva”) .....	471
— especial (“provisória”): .....	476
— hipóteses de estabilidades especiais .....	479
a) dirigente sindical .....	479
b) empregada gestante .....	483
c) dirigente da CIPA .....	485
d) empregado acidentado .....	486
e) extinção do estabelecimento .....	489
f) prescrição .....	489
2.2.2. Efeitos jurídicos da cessação motivada por iniciativa do empregado .....	490
2.2.3. Falta do empregado .....	491
3. Cessação por iniciativa do empregado .....	502
3.1. Iniciativa desmotivada .....	502
3.2. Iniciativa motivada .....	502
3.2.1. Necessidade do emprego .....	502
3.2.2. Falta do empregador .....	504
4. Cessação sem iniciativa de nenhuma das partes .....	507
4.1. Cessação normal dos contratos por prazo determinado .....	507
4.2. Cessação por fatores alheios à vontade .....	507
4.2.1. <i>Factum principis</i> .....	507
4.2.2. Falência .....	510
4.2.3. Fechamento da empresa .....	510
4.2.4. Morte do empregado .....	510
4.2.5. Morte do empregador .....	510
4.2.6. Força maior .....	511
4.2.7. Aposentadoria .....	511
a) por invalidez .....	511
b) por idade .....	512
c) por tempo de serviço .....	512
<b>Bibliografia</b> .....	<b>513</b>